


**Entre cuidados, trabalho e educação: o que sobra para as mulheres  
beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)**

**Between care, work, and education: what remains for women beneficiaries  
of the *Bolsa Família Program* (PBF)**

**Entre los cuidados, el trabajo y la educación: qué les queda a las mujeres  
beneficiarias del Programa Bolsa Familia (PBF)**

Ana Claudia Marochi\*

 <https://orcid.org/0000-0002-1863-0233>

**Resumo:** O presente artigo discute as trajetórias de trabalho, escolarização e vida de mulheres beneficiárias/titulares do Programa Bolsa Família (PBF) e como são determinadas pelas condicionalidades da política, configurando-se em uma *pater-política*. Como método, utilizou-se o materialismo histórico de Marx (2017), movimento dialético, histórico, social e, na sua especificidade, capitalista, expressa nas políticas sociais. A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir de ampla pesquisa documental, bem como nos cadastros dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – 564 fichas – e em entrevistas com 18 mulheres Referência Familiar, resultando em cinco categorias, sendo uma delas a relação entre cuidados, trabalho e educação, e como elas são atingidas e perpassadas por essas três dimensões. Concluiu-se que elas são usadas como meio para a garantia das condicionalidades e do sucesso do programa e são excluídas de outras dimensões da vida, sendo suas práticas desvalorizadas como não trabalho e, por fim, desconsideradas como sujeitos políticos.

**Palavras-chave:** Mulheres, patriarcado e capital. Trabalho, educação e política social. PBF, *pater-política* e cuidados.

**Abstract:** This article discusses the trajectories of work, schooling, and life of women beneficiaries/heads of the *Bolsa Família Program* (PBF) [Brazilian Cash Transfer Program] and how they are shaped by the program's conditionalities, configuring what we call a *pater-politics* [a patriarchal form of politics]. As a method, we used Marx's (2017) historical materialism—dialectical, historical, and social movement, and, in its specificity, capitalist—expressed in social policies. The field research was based on extensive documentary analysis, as well as on records from the Social Assistance Reference Centers (CRAS, acronym in Portuguese) – 564 files – and on interviews with 18 Family Reference women, resulting in five categories, one of which addresses the relationship between care, work, and education, and how these women are affected and shaped by these three dimensions. It was concluded that they are used as a means to ensure compliance with conditionalities and the success of the program, while being excluded from other dimensions of life, with their practices devalued as non-work and, ultimately, disregarded as political subjects.

**Keywords:** Women, patriarchy and capital. Work, education and social policy. PBF, *pater-policy* and care.

---

\* Professora Adjunta da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: <anacmarochi@hotmail.com>.

**Resumen:** Este artículo analiza las trayectorias de trabajo, escolarización y vida de mujeres beneficiarias/titulares del Programa Bolsa Familia (PBF) y cómo están determinadas por las condicionalidades de la política, configurándose en una *pater-política*. Como método, se utilizó el materialismo histórico de Marx (2017), entendido como movimiento dialéctico, histórico y social y, en su especificidad, capitalista, expresado en las políticas sociales. La investigación de campo se desarrolló a partir de una amplia revisión documental, así como de los registros de los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) – 564 fichas – y de entrevistas con 18 mujeres registradas como Referencia Familiar. El estudio resultó en cinco categorías, siendo una de ellas la relación entre cuidados, trabajo y educación, y cómo estas mujeres son afectadas y atravesadas por esas tres dimensiones. Se concluye que ellas son utilizadas como medio para garantizar las condicionalidades y el éxito del programa, siendo excluidas de otras dimensiones de la vida, con sus prácticas desvalorizadas como no trabajo y, finalmente, desconsideradas como sujetos políticos.

**Palabras clave:** Mujeres, patriarcado y capital. Trabajo, educación y política social. PBF, *pater-política* y cuidados.

## Introdução

O presente artigo, fruto de longa e aprofundada pesquisa doutoral, que teve como objetivo principal compreender as trajetórias de vida, trabalho, escolarização e cuidados de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), com recorte temporal para os anos de 2019-2022, na cidade de Ponta Grossa, Paraná (PR), discute como essas mulheres foram e continuam sendo expropriadas das dimensões do trabalho e da escolarização em detrimento dos cuidados com filhos, filhas e pessoas idosas, além da sobrecarga de atividades domésticas que histórica e cotidianamente lhes são impostas. Neste texto, trazemos uma das categorias de conteúdo, qual seja: *Entre cuidados, trabalho e educação: o que sobra para elas?* Como resultado da pesquisa, emergiram outras quatro categorias que permitiram analisar dados quantitativos e qualitativos oriundos de ampla pesquisa teórica, documental e dos relatos de 18 mulheres, colhidos por meio de entrevista semiestruturada.

Jesus (2019) nos alerta sobre o compromisso com todas as etapas da pesquisa, desde a coleta de dados até a análise e publicização junto aos pares. Nossa pesquisa passou por rigoroso procedimento ético, conforme as exigências acadêmicas e seguindo todos os protocolos. A investigação vinculou-se ao projeto guarda-chuva da orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Soraya Franzoni Conde, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aprovado no Comitê de Ética da referida instituição. Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram devidamente esclarecidas dos riscos e orientadas sobre os procedimentos de atendimento e acolhimento caso se sentissem prejudicadas. Os dados produzidos foram utilizados exclusivamente na pesquisa e estão armazenados conforme regem as normas e as regras de segurança da internet.

Na relação estabelecida na sociedade capitalista, em que a lógica é produzir mais valor e explorar a principal mercadoria que gera lucro, a força de trabalho é precarizada e expropriada. No entanto, há uma outra parcela dessa classe que é ainda mais explorada e expropriada: as mulheres. São elas que, em sua maioria esmagadora, estão à frente da manutenção da vida, com seus trabalhos gratuitos realizados cotidianamente nos lares, garantindo que trabalhadoras e trabalhadores estejam prontos para servir ao capital no dia seguinte.

Esse trabalho, invisibilizado na lógica capitalista e colocado à margem, interfere sobremaneira em outras dimensões da vida das mulheres, que, cotidianamente, assumem o cuidado e realizam os trabalhos domésticos, deixando os bancos escolares ou sendo privadas de exercer trabalhos menos precarizados e com o mínimo de garantias. Não se trata de defender a lógica trabalhista exposta pelo capital, mas de lutar para que esse modo de produção seja extinto e uma nova forma de relação social se estabeleça. Contudo, esse horizonte ainda se apresenta distante, e

é preciso lutar por trabalhos menos precarizados e com mais direitos. Dessa forma, este artigo discute essa pauta a partir das falas das mulheres beneficiárias/titulares do PBF e de como o trabalho do cuidado atravessa suas vidas e tem reflexo direto em outras instâncias.

Discutimos, no primeiro item, o que significa esse trabalho invisibilizado na lógica mercantil da sociedade capitalista e, no segundo, apresentamos as falas de nossas entrevistadas, a partir de suas trajetórias e da manutenção da vida, mediadas por toda a teoria estudada ao longo da pesquisa.

### **A produção da mercadoria na sociedade capitalista e os cuidados como não valor**

A concentração de opressões e expropriações que pairam sobre a vida concreta das mulheres não pode nos deixar indiferentes e, na pesquisa, essa óptica nos leva a um nível radical de crítica, utilizando para isso um arsenal altamente qualificado de autores e teorias, bem como de dados estatísticos, que demonstram concretamente que essa situação de opressão e expropriação sobre as mulheres não se trata de uma forma de vitimização. Ao contrário, é uma forma social que as vitimiza verdadeiramente, cobrando na carne, retirando suor, lágrimas e sangue, e somente elas, que vivem essa situação, podem falar, valorizando-as como sujeitos. Pelas suas vozes procuramos construir conhecimento concatenado com a mediação teórica marxista e feminista, como eixo norteador de toda a análise.

Portanto, a questão das mulheres no capitalismo não é periférica, é central, e a luta anticapitalista tem como centro a vida. Muito embora desejemos e lutemos por uma vida dotada de sentido, para mulheres empobrecidas pelas expropriações históricas, a luta mais imediata é a sobrevivência das/os filhas/os. Bengoa (2018) discute uma nova forma de pensar a reprodução neste modo societário, em relação às atividades domésticas e de cuidados, como um posicionamento político, deslocando-se da relação produção-reprodução, e nomeando essas atividades como reprodução social.

A autora alerta que, ao deslocar essas atividades, encontramos uma forma de acumulação por despossessão, ou seja, formas de ajustes estruturais com políticas que têm por objetivo mobilizar privatizações, retirar direitos trabalhistas e sociais, bem como baratear o valor da força de trabalho, o que, certamente, reflete sobre a classe trabalhadora em geral e, especificamente, sobre as mulheres dessa classe (Harvey, 2014).

Outras duas autoras, Helena Hirata e Danièle Kergoat, que desde o início dos anos de 1970 trazem as discussões do trabalho doméstico não assalariado e da divisão sexual do trabalho para o debate marxista, apontam a necessidade de colocar o dedo na ferida, defendendo que o movimento foi político, com o objetivo de denunciar a opressão, e que “[...] uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 597). Para elas, as análises sobre o tema estão embasadas em dois princípios: o da separação e o hierárquico (Hirata; Kergoat, 2007).

Apesar de esses princípios existirem em todas as formas de sociedade, neste modo societário, associado ao patriarcado, eles aparecem ligados à ideologia naturalista, que “[...] rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599). Hirata (2022) retoma e atualiza seus estudos sobre os cuidados, incluindo as atividades domésticas não pagas realizadas dentro dos lares por mulheres, conectadas às relações sociais sexualizadas.

No atual estágio do capitalismo, há a pretensão dos capitalistas em transformar tudo em mercadoria. Como nos lembra Marx (2017, p. 113), nesse modo de produção, a riqueza aparece

como uma “[...] enorme coleção de mercadorias”, tendo na mercadoria individual a forma elementar. Todavia, nem tudo é mercadoria. Existem coisas que não podem ser enquadradas na forma mercadoria justamente porque não geram valor e, portanto, são sem importância para os capitalistas. Como resume Marx (2017, p. 118-119):

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social.

Nesse rol de coisas que não geram valor estão os afazeres domésticos e cuidados, que são atividades fundamentais na garantia da produção e reprodução social (Nogueira, 2011). Não há como pensar a engrenagem do capital sem que essas atividades sejam realizadas cotidianamente.

O ponto de inflexão nesta discussão não é se devem ou não ser realizadas, pagas ou não, mas quem as realiza ou para quem são destinadas historicamente. Cotidianamente, milhões de trabalhadoras e trabalhadores precisam ser alimentadas/os, ter suas roupas lavadas, passadas, serem afagadas/os para que, no dia seguinte, estejam disponíveis para vender sua mercadoria: a força de trabalho. E diariamente milhões de mulheres/avós/mães/tias/irmãs/filhas realizam essas atividades de graça, “por amor”.

Pesquisadoras feministas vêm apontando caminhos para o estudo sobre afazeres domésticos e cuidados e sua atribuição às mulheres, englobando desde a base crítica mais tradicional, que é a divisão sociosexual do trabalho e a definição de papéis na sociedade<sup>1</sup>, passando pela teoria da construção social do patriarcado – e aí temos um modelo específico, o patriarcado capitalista, produtor de mercadorias<sup>2</sup> –, pelo racismo<sup>3</sup>, até críticas mais radicais que se voltam à economia dos cuidados<sup>4</sup> e à teoria do valor dissociado/clivado<sup>5</sup>. Essas pesquisas têm apontado para o mesmo caminho e chegam à mesma conclusão: o trabalho feminino de cuidados e afazeres domésticos é sistematicamente invisibilizado, desvalorizado e explorado, sustentando as bases do capitalismo patriarcal e racista, histórica e majoritariamente destinado às mulheres.

O patriarcado, que na origem da palavra significa o poder deles (*pater* = pai e *arkhe* = origem/comando), é a organização social em que o poder, em todas as esferas da sociedade, é exercido pelos homens ou quase que exclusivamente por eles (Delphy, 2009). Segundo a autora, esse poder, ou essa relação de poder, não está ligado à condição biológica do pai, mas à relação entre homens e mulheres e seus papéis socialmente construídos. Assim, quando falamos de patriarcado e de sua associação ao capitalismo, estamos dizendo que, além da dominação-exploração do capital sobre o trabalho, há a dominação-exploração-opressão de um sexo sobre o outro, tendo como base o controle.

Como nos lembram Engels (2009), Saffioti (2015) e Pateman (2021), na relação entre homens e mulheres, o controle sexual e social são duas dimensões importantes para a manutenção do *status quo* da sociedade, reforçado pela família nos moldes burgueses e pela relação capital-

<sup>1</sup> Para aprofundar o tema da divisão sociosexual do trabalho, consultar: Biroli (2018), Hirata (2015), Hirata e Kergoat (2007), Kergoat (2009), Nogueira (2011, 2019, 2024), Nogueira; Passos (2020) e Saffioti (2013).

<sup>2</sup> Sobre patriarcado e patriarcado produtor de mercadorias, consultar os seguintes estudos: Federici (2017, 2023), Leite (2020), Lerner (2019) e Scholz (2013).

<sup>3</sup> Para aprofundar sobre o racismo e suas intersecções com gênero e classe, consultar: Davis (2016, 2017, 2022, 2025).

<sup>4</sup> Sobre a economia dos cuidados, consultar: Carrasco (2001) e Orozco (2014).

<sup>5</sup> Sobre a teoria do valor dissociado/clivado, consultar: Leite (2020) e Scholz (1996, 2000, 2011, 2013, 2017).

trabalho. O controle social ocorre pela produção de excedentes disponíveis ao capitalista a qualquer tempo, e o controle sexual, pela relação de poder entre os sexos.

O patriarcado produtor de valor (Leite, 2020) se vincula estruturalmente ao capitalismo e a todas as estruturas derivadas desse modo societário, como o Estado, a política e o direito, que, na visão da autora, são machos. Há uma cisão de gênero, surgindo, portanto, um valor-clivagem (Leite, 2020). A autora, ao trazer os estudos de Roswitha Scholz, afirma que “[...] machismo e o patriarcado da sociedade burguesa diferem de quaisquer outros porque se constituem estruturalmente a partir do valor – necessariamente androcêntrico” (Leite, 2020, p. 23), o que altera, segundo a autora, as análises e as compreensões, refletindo sobre as estratégias de enfrentamento da condição das mulheres.

As mulheres, especialmente as da classe trabalhadora e, particularmente, as pobres, periféricas e pretas, sempre trabalharam dentro e fora dos lares. No entanto, no capitalismo, essa relação torna-se muito mais desigual e intensificada, pois outros elementos são agregados, tais como: a flexibilização, a precarização, a informalidade e a terceirização, sendo elas, ainda hoje, as responsáveis primeiras pelas atividades domésticas, o que configura uma divisão sexual ou homossexual do trabalho. Dados trazidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em março de 2025, a partir do 3º trimestre de 2024 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram a relação entre trabalho remunerado e atividades domésticas na divisão homossexual do trabalho:

A jornada semanal de trabalho remunerado masculina excede a feminina em 4,3 horas, enquanto a jornada de trabalhos não remunerada feminina supera a masculina em quase 10 horas. Em um ano, as mulheres gastam 499 horas (ou, 21 dias) a mais do que os homens em afazeres domésticos (DIEESE, 2025, p. 8).

Na década de 1960, Ângela Davis, em seus estudos sobre a condição das mulheres norte-americanas, chegou a questionar a obsolescência das tarefas domésticas como uma perspectiva para a classe trabalhadora. Relata a autora que reivindicações das mulheres naquela época chegaram a movimentar os maridos/companheiros no sentido de colaborarem com os afazeres domésticos (Davis, 2016).

Todavia, entre discussões sobre o fim ou o pagamento de um salário pelos trabalhos domésticos, à moda de Dalla Costa e James (1972), e a socialização com o capital, a autora conclui que a libertação das mulheres dessas atividades, ou pelo menos da condição de principais responsáveis, “[...] é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina. Mas a socialização das tarefas domésticas – incluindo o preparo das refeições e o cuidado das crianças – pressupõe colocar um fim ao domínio do desejo de lucro da economia” (Davis, 2016, p. 244). No horizonte mais imediato, nossa discussão se dá no campo da divisão homossexual do trabalho.

Segundo Kergoat (2009), conforme estudos de antropólogas feministas, a divisão homossexual do trabalho tem suas bases não em uma complementariedade de tarefas, mas em uma relação de poder entre os sexos, com características particulares em que há uma determinação da esfera pública/produzida para os homens e da privada/doméstica/reprodutiva para as mulheres. Os homens ocupam “[...] funções de forte valor social agregado” (Kergoat, 2009, p. 67), enquanto as mulheres passaram a ocupar postos de trabalho menos valorizados socialmente ou foram confinadas aos lares com o objetivo de realizarem as atividades domésticas e de cuidados.

Ainda com base no que afirma a autora, corroborando o que estamos abordando, há, para além de uma ideia natural dos papéis sexuais – ou somando-se a essa concepção –, relações sociais determinadas nesse modo de sociedade que configuram e reforçam a condição das mulheres. Para

as mulheres entrevistadas, a divisão sociosexual do trabalho e as relações patriarcais e racistas atravessam de forma contundente suas vidas, resultado “[...] de um sistema patriarcal capitalista que, por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados” (Cisne, 2015, p. 117).

Por fim, compreendemos que a condição das mulheres no capitalismo está intrinsecamente vinculada à lógica patriarcal e racista que estrutura esse modo de produção, sustentando-se pela invisibilização e exploração do trabalho doméstico e de cuidados, historicamente destinados a elas. A divisão sociosexual do trabalho evidencia que não se trata apenas de uma distribuição de tarefas, mas de uma relação de poder que confina as mulheres aos espaços e atividades menos valorizados, perpetuando desigualdades e reforçando a opressão. A luta das mulheres trabalhadoras, sobretudo das mais empobrecidas e racializadas, não é periférica, mas central, uma vez que sua sobrevivência e a de toda a força de trabalho estão diretamente relacionadas ao trabalho doméstico não pago, constituindo a base da sociedade capitalista.

No item seguinte, trazemos as falas das entrevistadas que dão vida à teoria exposta, com o objetivo de analisar o que significam as dimensões do trabalho, escolarização e cuidados, e como cada uma dessas esferas atravessa as relações sociais vivenciadas por elas na perspectiva do sistema patriarcal-racista-capitalista.

### **As mulheres como força de trabalho barata na manutenção da vida**

O trabalho assalariado para nossas entrevistadas se configura mais como “bicos” do que como uma relação minimamente formalizada, passando longe inclusive da informalidade. O universo da escola foi há muito abandonado por elas, se tornando os afazeres domésticos e os cuidados a principal atividade no dia a dia. Perguntas precisam ser feitas para vislumbrar, a partir de suas falas, o que representam essas relações: como se configuram na vida concreta delas? Como organizam suas trajetórias a partir dessas três dimensões? E o que sobra para elas?

De antemão, é possível afirmar que sobra muito pouco, tanto em relação ao trabalho assalariado quanto à escolarização e muito das atividades domésticas e de cuidados. A dimensão do cuidado está relacionada ao acompanhamento das/os filhas/os, à escola, à saúde, à garantia da segurança e da integridade física, sendo vista como uma forma de amor, relação muito forte e principal motivo da vida e das ações empreendidas por elas. As atividades domésticas dizem respeito à manutenção da casa, à cocção dos alimentos, ao lavar roupas, entre outras, e são consideradas mais penosas, mas ainda percebidas como naturalmente destinadas às mulheres.

Traçando um rápido perfil das nossas entrevistadas para avançarmos nos pormenores dos relatos: elas possuem baixa escolarização, não completaram o Ensino Fundamental na sua grande maioria e abandonaram a escola para trabalhar, ainda crianças, ou para cuidar das/os filhas/os na vida adulta. Em relação aos trabalhos remunerados, todas se inseriram em atividades informais, “bicos”, precarizadas e com possibilidade de flexibilização de horários para cuidar das/os filhas/os. Quanto às atividades domésticas, elas continuam sendo as principais responsáveis e, quando os homens realizam alguma dessas atividades, é em forma de ajuda. Somente 44% afirmaram possuir companheiro.

Das 18 entrevistadas, somente Lélia, Rose e Nísia<sup>6</sup> trabalharam por algum tempo com carteira assinada. Os dados da pesquisa empírica, tanto para o total de mulheres cadastradas nos CRAS da cidade de Ponta Grossa/PR quanto com marcador de Referência Familiar (RF), apontam que há um percentual baixo de mulheres com carteira assinada. Para os homens ocorre o inverso: eles aparecem, em sua maioria, em empregos com carteira assinada.

Quatorze das entrevistadas se declararam pretas ou pardas. Nos dados coletados nas fichas de referenciamento<sup>7</sup> (564), não foi possível fazer o recorte de raça/etnia, pois o item destinado a tal informação não era preenchido pelas/os servidoras/es dos CRAS. Em contrapartida, no levantamento colhido junto ao Ministério da Cidadania, esse recorte apareceu.

Mesmo o município estudado apresentando maior parcela de pessoas brancas, particularmente pela colonização europeia, há um percentual considerável de pessoas negras e pardas, principalmente entre as/os beneficiárias/os do PBF com marcador RF<sup>8</sup>: 20% do total de mulheres RF são pretas e pardas; entre homens RF esse percentual é de 20,8%. Para Nogueira e Passos (2020, p. 1), “[...] quando tratamos da divisão sociosexual do trabalho – sem racializar as relações sociais – estamos fragmentando a análise, homogeneizando as mulheres e colocando-as nas mesmas condições”.

Assim sendo, a população estudada tem classe, sexo, raça/etnia e condição econômica bem definidos: são mulheres trabalhadoras pretas ou pardas, pobres ou em extrema pobreza. Portanto, há particularidades que ultrapassam a simples (se é que podemos chamar assim) relação capital-trabalho ou a dimensão classista. Este estudo traz consigo a configuração patriarcal da família burguesa heteronormativa e a relação de dominação, exploração, opressão e expropriação de um sexo sobre o outro e de uma raça/etnia sobre a outra; por isso, são relações sociosexuais patriarcais e racistas (Kergoat, 2009).

Nogueira (2011, p. 23), ao estudar a divisão sociosexual do trabalho com trabalhadoras do *telemarketing*, resume o que acabamos de indicar:

Nesse sentido, mesmo após o período referente à Revolução Industrial, o qual permitiu, de certa forma, uma acentuada inserção no espaço produtivo industrial, as tarefas domésticas continuam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, aos poucos foi se organizando a família operária patriarcal: marido provedor e esposa provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho que se mantém até o presente.

Em outro estudo sobre a terceirização no setor público, a autora aponta algumas das consequências do advento conhecido como Estado do Bem-Estar Social que, no Brasil, aconteceu de forma incompleta, mas atingiu de forma contundente as mulheres: “[...] progressiva ‘flexibilização’ do trabalho, como o crescimento da informalização (sem registro em carteira) e da terceirização” (Nogueira, 2019, p. 177).

Somado ao que aponta a autora, ocorreram e ocorrem ajustes fiscais impostos aos países periféricos/dependentes que atingem áreas importantes como educação, saúde e assistência, além,

<sup>6</sup> Os nomes atribuídos as 18 mulheres entrevistadas não são os reais; são de mulheres que, de uma forma ou de outra, resistiram a esta estrutura patriarcal-racista-capitalista e deixaram seu legado para outras tantas mulheres vítimas desses sistemas opressores, machistas, sexistas e expropriadores.

<sup>7</sup> As Fichas de Referência são formulários com os dados de pessoas que procuram os CRAS para acessar algum tipo de benefício.

<sup>8</sup> Referência Familiar – termo utilizado nos CRAS para identificar a pessoa responsável por fornecer os dados e, no caso do PBF, de receber o benefício.

é claro, da reestruturação produtiva, recaindo sobre as mulheres a maioria dos impactos, principalmente em relação aos trabalhos formais com garantias (Nogueira, 2024).

As mulheres beneficiárias/titulares do PBF são as mais exploradas e expropriadas na relação capital-trabalho, e esse processo começa muito cedo. Ao serem perguntadas sobre o trabalho remunerado, todas elas iniciaram as atividades laborais ainda crianças, em tarefas relacionadas aos cuidados e aos afazeres domésticos, como relatam nestes excertos: “[...] *quando eu era de menor eu trabalhava também de... ah, cuidava de criança, já fui trabalhar em eventos, esses tempos atrás, ano passado, eu tava cuidando do bebê de uma mulher*” (Maria Firmina, Entrevista II, nov. 2020); “[...] *eu trabalhava muito, trabalhava bastante... pra mim ajuda na casa... diarista, lavoura, comecei com doze anos de idade, onze para doze anos, cuidava de criança*” (Rose, Entrevista V, nov. 2020).

Dandara e Maria Tomásia relatam sobre o trabalho na perspectiva do que chamamos de trabalho análogo à escravidão: “[...] *foi difícil, foi difícil porque não tinha nenhuma casa, morava em barraco, salário, dinheiro na mão não pegava, trabalhava por um pouco de comida, a troca de roupa*” (Dandara, Entrevista IX, nov. 2020). “[...] *roupa e comida. Nada, nunca recebi. Nenhuma casa, só em troca da comida e roupa assim, sempre foi assim*” (Maria Tomásia, Entrevista XII, nov. 2020).

Cabe ressaltar que essas mulheres são jovens (idades entre 23 e 51 anos) e que, quando estavam trabalhando, eram crianças. Segundo dados da Pnad Contínua de 2023, resumidos e publicados pelo *site* Criança Livre de Trabalho Infantil (2023), no Brasil havia, naquele ano, “[...] 1,607 milhão de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos em situação de trabalho infantil, o que representa 4,2% da população com a mesma idade”. Desse total, 63,8% eram meninos e 36,2% meninas, a grande maioria de áreas urbanas, pretos/as e pardos/as (65,2%). O *site* aponta ainda a situação no mundo, onde há 160 milhões de crianças em trabalho infantil (63 milhões são meninas e 97 milhões meninos), e mostra que dez milhões de crianças e adolescentes são vítimas de escravidão (Criança Livre de Trabalho Infantil, 2023).

Em relação aos trabalhos análogos à escravidão na realidade brasileira, o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, na seção “Brasil – Seleção Atual”, aponta que, na série histórica de 1995 a 2024, houve um aumento considerável de casos dessa natureza (SmartLab, 2024). Dados de 2024, na página do Ministério do Trabalho e Emprego, mostram um aumento de 11,65% dos casos em relação a 2023, publicado em 29 de agosto de 2024 (Brasil, 2024).

A condição primordial na sociedade capitalista é estabelecida ainda pela relação do trabalho assalariado explorado e, para nossas entrevistadas, essa relação se apresenta também como uma relação salarial e de consumo, como nos relatos de Maria Firmina, quando perguntada se preferia receber o auxílio do PBF ou ter um trabalho remunerado: “[...] *preferia o serviço [...] pra ter oportunidade de abrir conta em loja, pra comprar as coisas que a gente quer, ir pagando as contas*” (Maria Firmina, Entrevista II, nov. 2020).

Para elas, ter um trabalho é também uma relação subjetiva, uma valorização como sujeitos de direito, em que o trabalho remunerado significa melhorar de vida, ter segurança financeira na velhice, por meio da aposentadoria, adquirir alguma experiência e conhecimento, fugir da rotina exaustiva das atividades domésticas, ocupar a mente, almejar um futuro, ter mais valor. Weeks (2020, p. 22), ao abordar o problema do trabalho sob a perspectiva marxista e feminista, corroborando o que nossas entrevistadas relataram, assevera que:

El trabajo asalariado sigue siendo en la actualidad la pieza clave de los sistemas económicos capitalistas. Por supuesto, es la forma de acceso de la mayoría de la gente a las necesidades de alimentación, vestido y refugio. No solo es el mecanismo primario por el cual se distribuye el ingreso, sino que también es el medio básico a través del cual se



asigna em estatus y mediante em cual la mayoría de la gente accede a la atención sanitaria y a la jubilación.<sup>9</sup>

Para a autora, a relação entre trabalho assalariado e subjetividade não diz respeito somente ao conjunto de bens e serviços gerados a partir dessa relação, mas à produção de “[...] indivíduos disciplinados, sujetos gobernables, ciudadanos de bien y miembros con responsabilidades familiares”<sup>10</sup> (Weeks, 2020, p. 25). Trata-se de um lugar privilegiado de produção de subjetividades e, depois da família, é a dimensão mais importante.

Tanto o trabalho assalariado quanto o doméstico não remunerado produzem e reproduzem subjetividades, disciplinamento, responsabilidades, hierarquia e obediência, e não é possível analisar um ou outro sem a perspectiva de sexo/gênero, como aponta Weeks (2020). Isso significa, em última instância, dizer que, junto ao trabalho que recria valor, as atividades domésticas recriam o gênero e “[...] no solo produce bienes y servicios, sino también género”<sup>11</sup> (Berk, 1985 *apud* Weeks, 2020, p. 27).

O trabalho doméstico não remunerado desempenhado por nossas entrevistadas é tido como parte constituinte de suas subjetividades, quase naturalmente impregnado em seus corpos. Todas, em algum momento da vida, realizaram atividades domésticas e de cuidados: algumas somente dentro dos lares e outras também como fonte de renda.

Hirata (2015) compreende que há uma dificuldade em avançar na diminuição das desigualdades entre mulheres e homens nessa esfera. A autora aponta que o avanço não segue a mesma toada no campo do trabalho assalariado. Se houve conquistas significativas, pelo menos para mulheres trabalhadoras da classe média e alta, no âmbito privado/doméstico isso não ocorreu da mesma forma. Segundo Hirata (2015, p. 15):

É difícil intervir nessa repartição do trabalho doméstico entre homens e mulheres por diversas razões. Em primeiro lugar, trata-se da esfera dita ‘privada’. Em segundo lugar, o peso da ideologia patriarcal, da cultura machista (cultura enquanto cristalização das relações sociais), dos estereótipos e dos modelos (por exemplo: o modelo maternal e o desejo – inconsciente? – de reproduzir, de reexperimentar essa relação de interdependência ou de dependência mãe-filho).

Para Carloto e Gomes (2011, p. 133-134):

As práticas sociais das mulheres estruturaram-se em torno da imagem materna e conjugal, assim como o trabalho feminino teve sua vinculação direta à esfera doméstica, à família e à produção dos cuidados; funções que, na ordem patriarcal, assumem um status inferior na construção da sociedade e, por isso, invisibilizadas enquanto atividades de relevância econômica.

Em outro texto, Carloto (2020), ao estudar o trabalho doméstico, o tempo e as mulheres do PBF, pontua que não se trata somente de vincular os cuidados e as atividades domésticas às mulheres/mães, muito menos de quantificar o tempo gasto para que elas realizem essas demandas; trata-se de “[...] um gerenciamento de tempo, responsabilidades, afetos, emoções, redes, trabalho e

<sup>9</sup> “O trabalho assalariado continua sendo, na atualidade, a peça-chave dos sistemas econômicos capitalistas. Naturalmente, é a forma de acesso da maioria das pessoas às necessidades de alimentação, vestuário e moradia. Não apenas é o mecanismo primário pelo qual se distribui a renda, mas também o meio básico através do qual se atribui status e por meio do qual a maioria das pessoas tem acesso à saúde e à aposentadoria” (Weeks, 2020, p. 22, tradução própria).

<sup>10</sup> “Indivíduos disciplinados, sujeitos governáveis, cidadãos de bem e membros com responsabilidades familiares” (Weeks, 2020, p. 25, tradução própria).

<sup>11</sup> “[...] não apenas produz bens e serviços, mas também gênero” (Berk, 1985 *apud* Weeks, 2020, p. 27, tradução própria).

lazer, participação” (Carloto, 2020, p. 79). A sexualização das atividades domésticas e dos cuidados é também a compreensão de Orozco (2014, p. 165), que afirma haver uma conexão simbólica que vincula a responsabilização de sustentar a vida com o feminino, “[...] porque se conecta a um conjunto de valores que están en sí feminizados, frente a la asociación del trabajo de mercado y la lógica de acumulación con la masculinidad”<sup>12</sup>.

Ao serem perguntadas como era a divisão das atividades domésticas, desde pequenas e agora nos relacionamentos, as entrevistadas relataram que são as principais responsáveis por essas atividades, que as/os filhas/os ajudam, mas, na compreensão delas, esse trabalho – principalmente nas famílias em que o companheiro trabalha – é obrigação das mulheres. A ideia de que as mulheres nasceram ou têm características naturais para desempenhar atividades domésticas e de cuidados é reforçada nos CRAS com a oferta de cursos profissionalizantes como confecção de doces em geral, costura, tricô, pintura, bordado etc. Apenas uma entrevistada relatou ter sido ofertado o curso de marcenaria.

Outro ponto de destaque é a busca pela formação que vincula atributos femininos, como recepcionista, cuidadora, babá. No discurso dessas mulheres, a única coisa que aprenderam e são capazes de fazer é cuidar, limpar, lavar, cozinhar, como no relato de Tereza: “[...] no caso, eu com sete anos de idade, eu já era dona do lar, né? Tinha que cuidar dos meus dois irmão, lavar roupa, limpar a casa, fazer comida” (Tereza, Entrevista I, nov. 2020). Clara também descreveu que a atividade que mais gostava de fazer estava relacionada aos cuidados: “[...] eu gosto muito de lidar com babá, como eu criei os meus filhos, eu sei mais ou menos, como que é? O que não precisa estar no papel, eu sei na prática” (Clara, Entrevista III, nov. 2020).

A destinação das mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado e pelos cuidados produziu essa condição de invisibilidade dessas atividades e, a reboque disso, construiu-se uma metanarrativa da não valorização na lógica do capital (Carloto, 2020). O que estamos querendo argumentar é que, se esse tipo de trabalho gerasse mais-valor, seria destinado também aos homens e seria remunerado. Entretanto, como foi historicamente relacionado ao feminino, é um valor dissociado/clivado (Leite, 2020; Scholz, 2019).

A dissociação do valor é uma clivagem do valor total que defenestra da forma-valor tudo aquilo que é vinculado ao feminino, de modo que as tarefas “de mulher” não são tomadas nas estruturas produtivas e não se convertem em trabalho (abstrato) assalariado, porém também constituem a totalidade da produção (Leite, 2020, p. 60).

O teorema desenvolvido por Scholz (2019) parte da análise do valor total e mostra que, mesmo dissociadas, essas atividades acabam produzindo valor, ainda que indiretamente. Ou seja, são necessárias não só para a reprodução, mas também para a produção, “[...] porque são um tempo socialmente necessário de trabalho clivado para que o trabalho valorizável seja realizado. Por isso, a dissociação-valor também corresponde ao tempo, que, mediatamente, é um tempo de trabalho social necessário à reprodução do valor” (Leite, 2020, p. 273).

Delphy (2015), contrapondo-se ao teorema do valor-clivagem, compreende que às mulheres são destinadas as atividades domésticas e de cuidados pela condição de sujeito, e não necessariamente por haver uma dissociação nessa relação. A autora enfatiza que “[...] são as mulheres que são excluídas do mercado (da troca) enquanto agentes econômicos e não sua produção” (Delphy, 2015, p. 102).

---

<sup>12</sup> “[...] porque se conecta a um conjunto de valores que estão em si mesmos feminizados, em contraposição à associação do trabalho de mercado e da lógica de acumulação com a masculinidade” (Orozco, 2014, p. 165, tradução própria).

A partir dessas autoras, e do que apresentam Passos e Nogueira (2018) e Mathieu (2009), há a necessidade de pensar e discutir uma nova divisão sociosexual que coloque no horizonte relações sociais mais igualitárias e paritárias na delegação/destinação das tarefas domésticas não remuneradas e dos cuidados para mulheres e homens. Na visão das autoras, o que determina essa alocação não é o que elas produzem, mas a vinculação ao âmbito doméstico, ou seja, a constituição da família como núcleo agrupador das formas de dominação-exploração-opressão.

Por fim, porém não menos relevante – ao contrário –, o âmbito da escolarização é ilustrativo de como atividades domésticas e de cuidados interferem na formação escolar das mulheres pobres da classe trabalhadora. Dados demonstram que, de forma geral, as mulheres são mais instruídas e possuem maior escolarização do que os homens, como apontam os dados do DIEESE (2024, p. 8), e isso está diretamente ligado à condição financeira: “[...] as desigualdades aparecem também na remuneração, pois as mulheres recebem sistematicamente menos do que os homens, mesmo quando têm maior grau de escolaridade”. Completa a pesquisa dizendo que:

Apesar do peso da dupla jornada, historicamente as mulheres têm mais anos de estudo que os homens, e ainda assim, esse maior nível de qualificação escolar, acadêmico e/ou profissionalizante não se reflete no aumento da remuneração. Em 2023, o rendimento médio mensal dos homens era de R\$ 3.233, enquanto o das mulheres era de R\$ 2.532, o equivalente a 78,3% do que um homem ganhava. Entre as pessoas ocupadas com maior qualificação escolar, essa desigualdade fica ainda mais evidente, pois as mulheres com ensino superior completo ganhavam, em média, 64,5% do que um homem com grau de escolaridade equivalente (DIEESE, 2024, p. 66).

O que não ocorre com as beneficiárias/titulares do PBF. Elas deixaram a escola muito cedo e poucas, apesar de esboçarem o desejo de retomar os estudos, veem-se impedidas pela necessidade de cuidar das/os filhas/os, da casa, do companheiro e pela falta de políticas públicas que contribuam nesse processo, como mais vagas em creches, por exemplo.

No entanto, todas reconheceram a importância de estudar, principalmente vinculando a escolarização a uma condição de vida melhor e à possibilidade de arranjar um trabalho assalariado com garantias e menos precário. O relato de Tereza é ilustrativo sobre a escola e a condição de ser mãe:

*Eu optei por ser mãe, eu passei a gestação inteira indo para aula, eu estudava. Quando eu tive ele, ainda estudei ainda dois meses. Quando ele tinha dois meses ele ficou com febre daí eu, né? Ou eu sou mãe ou eu sou... ou eu cuido do futuro do meu filho ou do meu, né? E parei com tudo, com os estudos, né? Comecei a ser mãe só, né? (Tereza, Entrevista I, nov. 2020).*

Para Lélia, o motivo do abandono foi o trabalho remunerado:

*É que eu fazia no CEBEJA, né? Ensino pra adulto, né? Aí eu não consegui concluir porque na época eu tava trabalhando, e a minha patroa acabou ficando doente, eu tive que parar pra poder ajudar a cuidar dela. Fazia aula à noite (Lélia, Entrevista VI, nov. 2020).*

A formação escolar para a classe trabalhadora é um campo que está sempre em disputa no capitalismo e se apresenta como uma das grandes contradições. Ao mesmo tempo em que é necessário que a trabalhadora/o trabalhador saiba minimamente ler e escrever para desenvolver suas atividades laborais, não é viável que avance em seus estudos, sendo esse direito negado. O PBF tem como um de seus objetivos o acesso e a permanência das crianças e jovens na escola, garantindo uma escolarização mínima, mas não se preocupa com a escolarização e a formação das mulheres beneficiárias/titulares.

Esse formato de política segue os padrões pensados nos anos de 1990 para países periféricos e dependentes, quando dos ajustes estruturais e da reestruturação produtiva. Hoje, o

que vemos é a vinculação da educação para as classes trabalhadoras e para os pobres ao capital-imperialismo, uma vez que:

O capital-imperialismo age numa perspectiva global e com referências culturais supranacionais, atuando num mundo de mercados de símbolos, coisas e seres humanos cada vez mais ampliados. Nesse cenário, as formas de intervenção nas políticas, conteúdos e métodos da educação formal se viabilizam com um alcance nunca antes atingido, do mesmo modo que se intensificam e se multiplicam as relações pedagógicas que dão contornos e conteúdos particulares a todas as facetas da formação humana. Torna-se, agora, necessário intervir com novas perspectivas, tanto sobre os diferentes aspectos da formação humana quanto, em particular, sobre a questão educacional, para simultaneamente fazer frente à superprodução acompanhada de expressiva redução da força de trabalho diretamente empregada, à drástica e sempre buscada redução dos custos do trabalho, bem como para aprofundar e intensificar as estratégias de controle social em situações de agudas formas de expropriação (Rummert; Algebaile; Ventura, 2013, p. 719).

Como apontado pelas autoras, o capital-imperialismo avança sobre os países periféricos e dependentes em várias frentes, e a educação é uma delas, assim como nas relações de trabalho e nas políticas de assistência social. O controle é fundamental para dar conta das crises do capital. Todavia, não é somente isso: ele serve também para que a população expropriada de todos os seus direitos aja sob o comando das políticas impostas pelos países imperialistas.

E, nesse aspecto, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), com corresponsabilidades, atuam de forma muito eficiente e colocam as mulheres frente ao dilema de retornarem aos estudos ou cuidarem para que as/os filhas/os estudem. Elas optam sempre pelas/os filhas/os e colocam a realização deles à frente das suas, como no relato de Anastácia: “[...] *pra mim já tá bom, não quero estudo, eu quero que meus filhos estudem, eu vendo que eles deram alguém na vida, que eu fiz alguma coisa por eles, já tá bom, ganhei o dia* (Anastácia, Entrevista IV, nov. 2020). Esse é um dos pontos que reforça o que estamos discutindo e defendendo: a configuração de programas como o PBF como uma *pater-política*<sup>13</sup> e a interpelação das mulheres como meios para o sucesso dessas políticas.

Seguindo o que Fontes (2010) apresenta em seus estudos sobre o capital-imperialismo e suas estratégias sobre países subordinados ao imperialismo e suas políticas de ajustes, temos também as ações no campo educacional, colocando a educação como solução individual e os sujeitos como corresponsáveis pelas trajetórias escolares e de trabalho, “[...] visando a torná-los copartícipes de sua própria condição de expropriação” (Rummert; Algebaile; Ventura, 2013, p. 720).

Quando as nossas entrevistadas vinculam o fato de que ter um trabalho remunerado melhor ou sonhar com a possibilidade de uma vida financeira melhor ao fato de não estudarem, estão reproduzindo e realizando o jogo proposto pelo capital-imperialismo e suas políticas de ajustes, deslocando “[...] para o terreno mercantil-filantrópico” e para o desenvolvimento do que a autora

---

<sup>13</sup> Defendemos que o PBF se constitui como uma *pater-política*, ou seja, em mais uma forma de expropriação das mulheres, condicionando suas vidas por meio dos mecanismos de atuação da política social, fazendo com que sejam usadas como meios que, ao mesmo tempo em que garantem as condicionalidades para seus filhos, são excluídas das oportunidades educacionais, culturais e de trabalho assalariado, sendo suas práticas desvalorizadas como não-trabalho e, por fim, desconsideradas como sujeitos políticos. Como *pater-política*, entendemos que são políticas públicas que interpelam as mulheres, colocando-as como sujeitos de direito subordinadas pela característica histórico-estrutural patriarcal do Estado capitalista e que têm como efeito o posicionamento das mulheres como mediadoras da reprodução familiar, sem que isso ocorra por meio do incremento de sua escolarização e de suas trajetórias de trabalho, reduzindo os marcos de suas ações cotidianas ao ambiente doméstico, dos cuidados ou de empregos precários.

chama de pobretologia, ou seja, uma “[...] espécie de grande acordo nacional em torno da cidadania contra a fome a miséria” (Fontes, 2010, p. 347).

Muito embora as mulheres que entrevistamos estejam em outra lógica do capitalismo, formando um exército de reserva estagnado e sem as mínimas condições materiais e até psicológicas de saírem dessa condição, elas ainda demonstram a vontade e a esperança em conseguirem retornar aos estudos ou terem empregos melhores, como apontado por Nisia: *“Eu parei na oitava série, mas eu tenho vontade de voltar a estudar... quero aprender mais coisas, a gente fica meio leigo, né? Assim do conhecimento hoje em dia, das coisas, né?”* (Nisia, Entrevista VIII, nov. 2020).

As dificuldades da vida também foram barreiras para elas, como aponta Maria Tomásia, que, não sabendo ler e escrever, depende da neta para atividades básicas do dia a dia: *“[...] é tão complicado você não saber assinar seu nome, né? Muitas coisas têm que levar uma pessoa junto pra assinar, né? Por exemplo eu, né? Fazer tudo as coisas a minha menina tem que ir junto”* (Maria Tomásia, Entrevista XII, nov. 2020).

Voltando ao questionamento inicial deste item do artigo, qual seja: entre cuidados, trabalho e educação, o que sobra para elas? A resposta já adiantada no início e explicitada ao longo do texto: sobra a situação de exploradas e expropriadas das condições mínimas de sobrevivência e de valorização como seres humanos e como mulheres.

Elas se privam de tudo: do alimento, de trabalho remunerado minimamente digno e menos precarizado, de um retorno à escolarização e de uma vida melhor em prol da manutenção das/os filhas/os. E isso é fundamental para que a produção e reprodução social no capitalismo sejam asseguradas por meio do repasse de um auxílio financeiro pelo Programa, ou seja, uma força de trabalho barata, mas extremamente necessária para a manutenção da vida no capitalismo.

Neste item, procuramos demonstrar como três dimensões – trabalho, escolarização e cuidados – atravessam a vida concreta de mulheres pobres beneficiárias/titulares do PBF e como a família nuclear, nos moldes burgueses, contribui para que as atividades domésticas sejam entendidas como tarefa feminina. Na lógica patriarcal-racista-capitalista, esses papéis socialmente destinados às mulheres são reforçados por meio de concepções trazidas em programas sociais como o PBF que, ao interpelar as mulheres como responsáveis pelas condicionalidades do Programa, a partir de um auxílio financeiro, acabam por expropriá-las de outras dimensões em prol dos cuidados, configurando-se como uma *pater-política*.

## Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal compreender as trajetórias de vida, trabalho, escolarização e cuidados de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Para isso, a pesquisa empírica, baseada em dados documentais e entrevistas com 18 mulheres, revelou a intrínseca vinculação da condição dessas mulheres com a lógica patriarcal, racista e capitalista.

Os achados empíricos demonstram claramente como os objetivos iniciais foram respondidos. O estudo constatou que o trabalho assalariado, para as entrevistadas, se configura majoritariamente como “bicos” e atividades informais e precárias, em contraste com a maioria dos homens, que aparece em empregos com carteira assinada. As entrevistadas iniciaram suas atividades laborais ainda crianças, principalmente em funções de cuidado e afazeres domésticos.

A pesquisa indicou que as mulheres entrevistadas possuem baixa escolaridade, com a maioria não tendo completado o Ensino Fundamental. Elas abandonaram a escola para trabalhar, ainda na infância, ou para cuidar dos filhos na vida adulta. Ficou evidente que os afazeres

domésticos e os cuidados com a família são a principal atividade no dia a dia dessas mulheres e que continuam a ser as principais responsáveis por essas tarefas. O trabalho de cuidado é visto como uma forma de amor e o motivo principal de suas ações, enquanto as atividades domésticas são percebidas como naturalmente destinadas a elas.

Com base nos estudos teóricos que sustentam a pesquisa, defendemos que a classe não é homogênea, tem sexo, raça/etnia e que há uma divisão sociosexual do trabalho nas duas esferas, produtiva e reprodutiva. As mulheres seguem em desvantagem em ambas, especialmente na reprodutiva, justamente porque há uma desvalorização das atividades desempenhadas nela, sendo historicamente destinadas às mulheres e não contabilizadas na lógica do valor.

Quando as nossas entrevistadas apontam que, para manutenção da família, condicionadas aos objetivos do PBF na educação e na saúde, deixam de estudar e de se profissionalizar, estão diretamente a serviço do capital, pois garantem a manutenção da força de trabalho atual e futura. Ao serem colocadas pelo Programa como as principais responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades e pela garantia do sucesso desta política, em troca de um pequeno valor repassado como auxílio, estão também reforçando e colocando em prática o que os ajustes estruturais do capital-imperialismo impõem aos países periféricos e dependentes.

No jogo da vida de nossas entrevistadas estão presentes todos estes elementos, deixando claro que o centro do patriarcado é o poder. A família materializa esse poder sob a forma de opressão e de dominação das mulheres, pois, quando elas dizem claramente que a família é tudo para elas e que as relações familiares vêm sempre em primeiro lugar, estão deslocando sua própria subjetividade para a deles.

A análise das trajetórias de vida das mulheres beneficiárias/titulares do PBF revela, de forma contundente, que a política social em questão, embora apresentada como um mecanismo de combate à pobreza, opera sob uma lógica de reprodução das desigualdades estruturais de gênero, raça e classe e, ao atribuir às mulheres a responsabilidade pelas condicionalidades do Programa, reforça sua posição social como cuidadoras, mães e gestoras da família, retirando-lhes direitos à educação, ao trabalho digno e à plena cidadania.

Esses elementos configuram o que chamamos de *pater-política*, pois as mulheres são interpeladas para realizarem um trabalho reprodutivo a baixo custo, garantindo que as/os filhas/os e a família em geral se reproduzam e produzam mais-valor. Com isso, esse tipo de programa garante que as periferias mundo afora sejam pacificadas dentro de um pacto social tácito, colocando cada sujeito para desempenhar papéis determinados na lógica capitalista.

Para elas, o que sobra é a condição de donas de casa, de cuidadoras e de responsáveis pela manutenção dos lares, porque já foram expropriadas das outras condições da vida. Elas relatam que, desde muito cedo, abandonaram a escola para se dedicarem ao trabalho, principalmente aqueles que envolvem os cuidados e afazeres domésticos. Na condição de mães, submetem-se a atividades remuneradas precarizadas ou com baixa remuneração porque precisam garantir a reprodução da família.

A pesquisa também reforça a tese de que o PBF se constitui como uma *pater-política* ao utilizar as mulheres como meio para garantir as condicionalidades do Programa, ao mesmo tempo em que as exclui de oportunidades educacionais e de trabalho assalariado, desvalorizando suas práticas como não-trabalho e, por fim, desconsiderando-as como sujeitos políticos.

## Referências

- BENGOA, C. C. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 31-68, ago./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/tematicas.v26i52.11703>
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. Maior operação da história contra trabalho escravo resgata 593 trabalhadores. **Agência gov**, Brasília, 29 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/maior-operacao-da-historia-brasil-trabalho-escravo-resgata-593-trabalhadores>. Acesso em: 25 set. 2025.
- CARLOTO, C. M. Trabalho doméstico familiar e uso do tempo: dando voz às mulheres do Programa Bolsa Família. In: DAL PRÁ, K. R.; MOSER, L. (org.). **Família e política social**: gênero, gerações e cuidado. Florianópolis: UFSC, 2020. p. 73-92.
- CARLOTO, C. M.; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 131-145, jan./mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100008>
- CARRASCO, C. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? **Mientras Tanto**, Barcelona, n. 82, p. 43-70, 2001.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CRIANÇA LIVRE DE TRABALHO INFANTIL. Estatísticas. **Criança Livre de Trabalho Infantil**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>. Acesso em: 14 set. 2025.
- DALLA COSTA, M.; JAMES, S. **The Power of Women & the Subversion of the Community**. Bristol: Falling Wall Press, 1972.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, A. **O sentido da liberdade e outros diálogos difíceis**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DAVIS, A. **Abolição**: políticas, práticas, promessas. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARE, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. Tradução: Francisco Ribeiro Silva Junior. São Paulo: UNESP, 2009. p. 173-178.
- DELPHY, C. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, maio/ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151704>
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Promovendo a igualdade de gênero**: desafios e perspectivas na negociação coletiva e no acesso e progressão de carreiras profissionais. São Paulo: DIEESE; MTE,

2024. Disponível em:  
<https://www.dieese.org.br/pesquisaDIEESE/2024/igualdadeGenero/index.html?page=2>.  
Acesso em: 25 set. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Boletim Especial: 8 de março de 2025: Dia Internacional da Mulher. Mulher chefia mais domicílios, mas segue com menos direitos e oportunidades no trabalho. **DIEESE**, São Paulo, 8 mar. 2025. Disponível em:  
<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/mulheres2025.html>. Acesso em: 14 set. 2025.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala Educacional, 2009.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. **Além da pele**: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Elefante, 2023.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise nº 7/2015**, Friedrich-Ebert-Stiftung, São Paulo, p. 1-24, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

HIRATA, H. **O cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

JESUS, D. M. Integridade na coleta, na produção e na análise de dados. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (org.). **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Volume 1. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 127-132.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARE, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

LEITE, T. de S. C. **Crítica ao feminismo liberal**: valor-clivagem e marxismo feminista. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.



MATHIEU, N. C. Sexo e gênero. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARE, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 173-178.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do *telemarketing*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, C. M. Terceirização e divisão sociosexual do trabalho no setor público: 'limpando' na Unifesp-BS. In: SOUZA, E. Â. de; SILVA, M. L. de O. (org.). **Trabalho, questão social e serviço social**: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019. p. 174-193.

NOGUEIRA, C. M. O trabalho feminino assalariado: a dialética na produção e reprodução. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 3, e-6628358, p. 1-15, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.358>

NOGUEIRA, C. M.; PASSOS, R. G. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno CRH**, Salvador, v. 33, p. 1-9, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.36118>

OROZCO, A. P. **Subversión feminista de la economía**: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

PASSOS, R. G.; NOGUEIRA, C. M. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, set./dez. p. 484-493, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p484>

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

RUMMERT, S. M.; ALGEBAILLE, E.; VENTURA, J. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18 n. 54, p. 717-799, jul./set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300011>

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHOLZ, R. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 45, p. 15-36, 1996.

SCHOLZ, R. O Sexo do Capitalismo: Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado (Excertos). **Exit!**, Lisboa, 2000. Disponível em: [www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz6.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz6.htm). Acesso em: 14 set. 2025.

SCHOLZ, R. O tabu da abstracção no feminismo: como se esquece o universal do patriarcado produtor de mercadorias. **Exit!**, Lisboa, 2011. Disponível em: [www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz15.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz15.htm). Acesso em: 14 set. 2025.

SCHOLZ, R. El patriarcado productor de mercancías: tesis sobre capitalismo y relaciones de género. Constelaciones: **Revista de Teoría Crítica**, Madrid, v. 1, n. 5, p. 44-60, dez. 2013. Disponível em: [www.constelaciones-rtc.net/article/view/815/869](http://www.constelaciones-rtc.net/article/view/815/869). Acesso em: 14 set. 2025.

SCHOLZ, R. Crítica da dissociação-valor e teoria crítica. **Exit!**, Lisboa, 2017. Disponível em: [www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz28.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz28.htm). Acesso em: 14 set. 2025.

SCHOLZ, R. Roswitha Scholz à conversa com Kim Posster. Entrevista à Jungle World de 28.02.2019. Tradução: Virgínia Saavedra. **O Beco Online**, [s. l.], 2019. Disponível em [http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz30.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz30.htm). Acesso em: 27 de set. 2025.

SMARTLAB. Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. Brasil: panorama geográfico geral. **SmartLab**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=prevalencia>. Acesso em: 14 set. 2025.

WEEKS, K. **El problema del trabajo**: feminismo, marxismo, políticas contra el trabajo e imaginários más allá del trabajo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

*Recebido em 12/02/2025*

*Versão corrigida recebida em 16/09/2025*

*Aceito em 22/09/2025*

*Publicado online 29/09/2025*